

# NO ARQUIVO: DA DIZIBILIDADE DA IMAGEM À (IN)VISIBILIDADE DO SUJEITO CRIANÇA EM VULNERABILIDADE SOCIAL

*Data de aceite: 02/05/2024*

**Roselene de Fatima Coito**  
UEM-Gpleiadi-CNPq/UEM

**RESUMO:** O filósofo francês Jacques Rancière propõe em seu livro “O destino das imagens” (2012) a seguinte pergunta: O que dizem as imagens? Partindo dessa pergunta, vamos trazer imagens do sujeito criança em vulnerabilidade social no exercício do trabalho infantil. Serão as seguintes imagens: uma ilustração do trabalho infantil nas fábricas (1842 apud NM, 2011), imagens do livro-imagem “Cena de rua” (1994), da escritora e desenhista Ângela Lago, e, por fim, uma ilustração do cartunista polonês Pawel Kuczynski, produzida em 2005. A ilustração do trabalho infantil nas fábricas trata da exploração do trabalho infantil no século XIX e traz a questão da exploração devido à miséria pela qual passava a maioria das famílias europeias. Já, as imagens selecionadas do livro “Cena de rua” (1994), tratam de um menino que vende frutas na rua e dizem como se dão as circunstâncias de sua (sobre)vivência. E, por fim, traremos um desenho (20025) de um cartunista polonês, Pawel Kuczynski, contemporâneo, que

trata, sob um viés satírico, a desigualdade social. O objetivo é entender, por meio das imagens o que e como elas dizem sobre esses sujeitos crianças, as quais são ditas nas imagens e invisíveis para a(s) sociedade(s). Diante disso, a partir do conceito de arquivo, de Michel Foucault, mobilizarei, no confronto das imagens, as regularidades dessa dizibilidade, pois, no agrupamento das coisas ditas nessas imagens aparecem as regras de uma prática que tem se perpetuado, em períodos enunciativos distintos, que vão do século XIX ao XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** arquivo; imagem; trabalho infantil; vulnerabilidade social.

## INTRODUÇÃO

Façamos trabalhar (...) as crianças!

Eis o que disse para si o capital quando começou a servir-se das máquinas!

Karl Marx, *O Capital*, 1867

A questão do trabalho infantil vem de longa data, mais especificamente do trabalho de crianças menos favorecidas. Pensando nisso, tenho como objeto

de estudos da minha pesquisa, a vulnerabilidade destas crianças no meio social. Para tanto, farei um recorte de três séculos, XIX, XX e XXI, em que se vê a exploração do trabalho infantil. Contudo, sendo os séculos sequenciados, isso não quer dizer que farei uma proposição linear da história, pois parto do conceito de “Arquivo”, do filósofo francês Michel Foucault, o qual (es)cava, nos períodos enunciativos, a regularidade do dizer da história e, por consequência, dos sujeitos que a fazem e, ao mesmo tempo, que dela são produtos. Para tal intento, parto de recortes de imagens do trabalho infantil em cada século citado. Do século XIX, trago as imagens e alguns dizeres de um slide do site de história ([noseahistoria.wordpress.com/2015](http://noseahistoria.wordpress.com/2015)), produzido por NM, que mostra o trabalho infantil de crianças em vulnerabilidade em minas de carvão e em fábricas da Europa. Do século XX, o livro-imagem da escritora e desenhista mineira, Ângela Lago, intitulado “Cena de rua” (1994), que trata de um garoto que vive de vendas nas ruas. Por fim, do século XXI, trago uma charge de Pawel Kuczynski, desenhista e pintor polonês contemporâneo, ganhador de vários prêmios, que trata, nesta charge, das diferenças sociais (de oportunidades) entre as crianças.

Tenho como objetivo entender, por meio das imagens, o que e como elas dizem sobre esses sujeitos crianças, as quais são ditas nas imagens e invisíveis para a(s) sociedade(s). Ditas, não só porque as imagens dizem algo sobre elas e a(s) sociedade(s), mas porque as imagens são operações que se dão numa visibilidade e porque são potências de significação – articulação entre o dizível e o visível -, e enquanto potências de significação, deflagra o afeto que lhes é associado e as expectativas que lhes vêm preenchê-las, como preconiza Rancière (2012).

Deve-se ficar claro, que a preocupação do filósofo Jacques Rancière, o qual faz parte dos estudos *Histoire du visuel*, juntamente com Emmanuel Alloa, Didi-Huberman, Hans Belting, entre outros, é educar o olhar para a imagem, pois na época em que vivemos, onde há uma infinidade de imagens que circulam e numa velocidade alucinante, estes estudiosos se preocupam com uma sensibilização do olhar para o que os olhos veem, já que as imagens mostram e dizem algo e são potências de significações, naquilo que dizem, naquilo que mostram e naquilo que dão a pensar. No entanto, aquilo que se mostra e que se diz, só significará se houver uma educação do olhar e, a partir dela, como os que o olham são afetados.

Neste movimento do olhar, buscaremos o que Michel Foucault trata como regularidade das práticas discursivas, não em uma linearidade temporal, mas como “períodos enunciativos”, que escavam no dizer de todas as épocas, práticas que se repetem e se reatualizam, como é o caso do trabalho aqui proposto. Embora eu trace uma linha linear, séculos XIX, XX e XXI, é no arquivo que temos um olhar sobre as sociedades e como devemos questioná-las. Diante disso, parto, então, para o próximo tópico que objetiva trazer uma breve noção do que Foucault toma como arquivo.

## DE UMA BREVE NOÇÃO DE ARQUIVO: MIRADA FOUCAULTIANA

Antes de entrar no conceito de arquivo, trago uma volta ao que Foucault, em “Arqueologia do Saber”, tomou como “uma volta na espiral”. O filósofo usa este termo para marcar uma retomada e expansão do seu pensamento em “As palavras e as Coisas- Uma Arqueologia das Ciências Humanas”, publicado na França em 1996. Neste livro, em linhas gerais, Foucault trata da linguagem, do trabalho e da sociedade. Da linguagem, podemos pensar, conforme Foucault, em como os signos têm significância na composição da linguagem. Dito de outro modo, as epistêmes que predominam em determinada época falarão como se dá aquela sociedade no campo do saber e ao tratar dela como a linguagem científica e artística foram sendo separadas por vontades de verdade.

Voltando, pois, a questão dos signos, eles têm uma condição para serem enunciados quando estabelecem relações com outra coisa. Conforme o filósofo português Castro (2009, p.136), “A análise arqueológica dos enunciados não os remete a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados para mostrar suas correlações, suas exclusões etc.”, ou seja, o enunciado está ligado a um determinado referencial, o qual é regido por “leis de possibilidade, de regras de existência, para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos para as relações que aí se encontram” (Foucault, 1986, p.149), tendo em vista que entram em relação com outras formulações e são repetíveis (Castro, 2009). Ainda de acordo com Castro, “A arqueologia é uma descrição dos acontecimentos discursivos” (Castro, 2009, p.23), pois leva em consideração suas condições de existência, determinantes de suas materialidades. Sendo assim, “os enunciados, considerados como acontecimentos discursivos, não são nem a mera transcrição do pensamento em discurso, nem apenas o jogo das circunstâncias” (Castro, 2009, p.43).

Para Foucault (1986), o arquivo define o nível de prática, tendo em vista que as regras possibilitam aos enunciados subsistirem, e ao mesmo tempo se modificarem, pois, o arquivo é a lei do que pode ser dito em um sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. É o sistema de funcionamento do enunciado que faz aparecer uma prática e suas regras e que interroga o já-dito no nível de sua existência; aquilo que não é descritível em sua totalidade, pois que se dá por fragmentos, regiões e níveis, tendo em vista que agrupam as coisas ditas em figuras distintas segundo certas regularidades. Portanto, o arquivo é, conforme Castro, “o sistema das condições históricas dos enunciados” (2009, p.43). A arqueologia é essencialmente o estudo do arquivo, este que para se constituir se compõe de regras, e, seguindo ainda Castro (2009) são as regras: limites e formas de decibilidade, limites e formas de conservação, limites e forma de memória, limites e forma de reatualização, limites e formas de apropriação.

Sendo o arquivo não uma mera descrição que permite que os enunciados subsistam, vemos nestas regras, o modo que o arquivo se constitui. Nesta relação do arquivo com o *a priori histórico*, o discurso tem como positividade uma “unidade que não permite decidir

quem diz a verdade, quem raciocina vigorosamente”, pois o *a priori histórico* é “a condição de realidade para os enunciados”, é “a condição das coisas efetivamente ditas”, as quais “não escapam à historicidade” e se dá “em um conjunto transformável”. (Foucault, 1986, p. 145 – 147).

Ainda conforme o filósofo, o arquivo é “o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é sistema do seu funcionamento, o qual interroga o já-dito no nível da sua existência”. Por isso, “a arqueologia descreve os discursos com práticas especificadas no elemento do arquivo”. (Foucault, 1986, p.147-151). Aliado a isso, temos a correlação de enunciados em períodos histórico-enunciativos diferenciados que ao mesmo tempo forma uma memória e se reatualiza, dadas as condições de possibilidade de os enunciados subsistirem, como o caso aqui abordado de três séculos de exploração do trabalho infantil.

## DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: PERÍODOS ENUNCIATIVOS

Parece ser recorrente, a naturalização do trabalho infantil para parte das sociedades. Desde a Revolução Industrial (1760 a meadas de 1840), utilizou-se da mão de obra feminina e infantil como justificativa de retirar as crianças das ruas. No entanto, não eram todas as crianças; apenas as miseráveis. Sendo a mão de obra feminina e infantil mais baratas que as dos homens, os donos do capital da época e os governantes, utilizavam-se de um discurso moralista e “sanitarista” para tal efeito. De acordo com o site <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>, publicado por NM, em 5 de maio de 2011, com o texto “A exploração do trabalho infantil no século XIX”, o ministro do comércio português, (Nov. 1839), assim justifica a regulamentação de tal trabalho:

A admissão de crianças nas fábricas a partir de 8 anos é, para os pais, um meio de vigilância, para as crianças, um começo de aprendizagem, para a família um recurso. O hábito da disciplina e do trabalho deve adquirir-se cedo. A criança que entra aos 8 anos na oficina (...) chega aos dez mais capaz de suportar a fadiga, mais hábil e instruída que uma criança da mesma idade educada na ociosidade.

(NM, 2015, Slide 8)

Essa normalização dos trabalhos em fábricas e, também em minas, para as crianças pobres e miseráveis, tinham, na vigilância e no castigo das mesmas, uma forma de educação austera, que não levava em consideração a fragilidade do corpo infantil, como podemos ver nos relatos subsequentes:

Com que idade começou a trabalhar na fábrica? Quando tinha 6 anos.

- Qual era o horário de trabalho nessa fábrica? Das 5 da manhã até às 9 da noite, quando havia muito trabalho.
- Quanto tempo tinham para as refeições? 40 minutos ao meio-dia
- Tinham o hábito de chicotear os últimos a fazer o trabalho? Sim.
- Alguma vez foi chicoteada? Sim.

- Podia comer a sua comida na fábrica? Não, na verdade não tinha muito para comer, e o pouco que tinha, também não podia comer, o meu apetite era muito fraco e a comida estava sempre cheia de pó.

- Está a falar do pequeno-almoço? Sim.

- Supondo que não chegava a horas de manhã, quais seriam as consequências?

Se chegássemos um quarto de hora mais tarde, eles tiravam meia hora ao salário; apenas recebíamos 1 penny por hora, e eles tiravam ½ penny.

Testemunho de Elizabeth Bentley, operária têxtil

(NM, 2015, Slide 3)

Pensa que mesmo que o vigilante fosse uma pessoa humana, ser-lhe-ia necessário bater nas crianças, para as manter atentas e despertas até ao fim do dia? Sim, a máquina produzia uma quantidade de mantas cardadas a um ritmo regular e, claro, eles tinham de manter o mesmo ritmo de trabalho durante todo o dia; tinham de acompanhar a máquina, e, por muito humano que o vigilante fosse, ele tinha de fazer acompanhar o ritmo da máquina ou era apanhado em falta, portanto, ele incitava a criança a trabalhar de várias formas, mas o recurso mais comum era chicoteá-los quando caíam no sono.

Testemunho de Matthew Crabtree, operário têxtil

(NM, 2015, Slide 5)

Sou operária das portas de ventilação nos poços Gawber. Isso não me cansa, mas tenho de trabalhar no escuro e tenho medo. Entro às 4 horas, às vezes às 3h 30m, e saio às 5h 30m da tarde. Nunca adormeço. Às vezes canto quando tenho luz, mas nunca no escuro; não me atrevo a cantar nessa altura. Às vezes, tenho muito sono quando vou de manhã. Eu vou à escola aos domingos. (...) Ensinam-me a rezar. (...) Ouvei falar de Jesus várias vezes. Não sei porque é que ele veio à terra e não sei porque é que ele morreu, mas ao menos ele tinha pedras onde repousar a cabeça.. (...) Gostaria mais de estar na escola do que na mina.

Testemunho de Sarah Gooder, 8 anos, mineira

(NM, 2015, Slide 7)

Pelo que vemos no testemunho destas crianças, o trabalho infantil, era recorrente com a justificativa de que “ociosas” virariam vagabundas e marginais, sem, contudo nesta época, o vislumbre de oportunidades socioeducacionais, tendo em vista que, neste momento histórico, em que a Revolução Industrial se estabiliza nos países europeus, principalmente, o corpo destas crianças eram praticamente a extensão das máquinas, fossem elas trabalhadoras de fábricas ou de minas.

Não diferente deste momento histórico, no Brasil se perpetua essa prática discursiva de que a criança pobre deve trabalhar. No site Observatório3setor.org.br (2023), em 06 de julho de 2023, saiu uma reportagem feita por Maria Fernanda Garcia sobre o resgate de 702 crianças (de 13 até 17 anos) em situação de trabalho infantil. De acordo com a reportagem,

algumas situações de exploração eram graves e recorrentemente se davam em grandes capitais, onde as crianças trabalhavam em porstiuições tráficos de drogas, muitas vezes comandas por cafetões e pela própria família. De acordo com a reportagem, a pobreza ainda é a maior causa do trabalho infantil, sendo que são 1,8 milhões de brasileiros vivendo com a renda de R\$269,00 reais no campo e na cidade, onde o custo de vida é mais elevado e chega a R\$347,00.

Diz o auditor fiscal do trabalho infantil, Roberto Padilha Guimarães:

Há o trabalho infantil para a própria família; o informal, onde há crianças vendendo produtos, por exemplo, em sinais de trânsito; e algumas situações em que crianças são exploradas. [...] Já encontramos crianças trabalhando na construção civil, que é considerada situação de alto risco; vendendo bebidas alcoólicas, atividade proibida; em serralherias, que trazem riscos com as máquinas. Este é o nosso foco: a retirada de crianças e adolescentes em situação de exploração nas piores formas.

Garcia, M.F. <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-702-criancas-foram-resgatas-do-trabalho-infantil-em-2023/> acesso 05/02/2024.

Diante deste quadro, o Ministério do trabalho e Emprego lançou o “Manual de Perguntas e Respostas sobre Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente”, no dia 16 de junho de 2023, baseado na Agenda 2030, com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e o texto traz explicações e orientações que visam erradicar o trabalho infantil no Brasil até 2025. Na gestão do ex-presidente Bolsonaro, haviam crianças com idade entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). No entanto, permite-se que haja trabalho infantil no Brasil como aprendiz entre 14 e 16 anos, e entre 16 e 17 anos desde que não sejam atividades noturnas, insalubres, perigosas e penosas, nelas incluídas as 93 atividades relacionadas no Decreto nº 6.481/2008 (lista das piores formas de trabalho infantil).

Mesmo com as políticas públicas e o levantamento de dados do IBGE, na atualidade, tendo em vista que no governo Bolsonaro órgãos de proteção à criança, como o CONANDA, tenham sido desfeito (em 2019) e os dados não da época não divulgados, o número ainda permanece alto e a causa ainda é a pobreza em que vivem estas crianças e adolescentes. Outrossim, ainda há uma parcela da população que naturaliza o trabalho infantil, com, praticamente, a mesma justificativa do ministro do comércio português pronunciada em 1839, por ocasião da regulamentação do trabalho infantil. Diante disso, passo, então, às imagens para analisar a repetição de uma prática e uma prática discursiva das sociedades que se perpetuam ao longo de três séculos, tomando-os, portanto, como “períodos enunciativos”.

## DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI: DO ARQUIVO DAS IMAGENS COMO UM MONUMENTO DE PERÍODOS ENUNCIATIVOS

Como o objetivo aqui é trazer a regularidade discursiva nas imagens, não posso deixar de tratar da questão que os filósofos da imagem, mais especificamente Jacques Rancière toma como papel da imagem. Ele questiona: o que diz a imagem? Neste questionamento, o filósofo preocupa-se em tomar as imagens como operações que se dão numa visibilidade e que articulam o visível e o dizível. Para ele, também, as imagens são potências de significação e só olhar educado para as imagens será, por elas, afetado. Neste sentido, a proposta aqui é, pelo menos, sensibilizar o olhar para algo recorrente em três séculos: a exploração por trabalho infantil. Para tanto, começo trazendo as imagens.

No site <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>, publicado por NM, em 5 de maio de 2011, com o texto “A exploração do trabalho infantil no século XIX”, há as seguintes imagens:

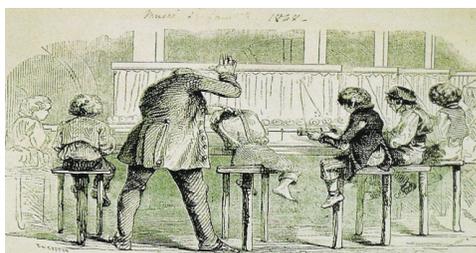


FIGURA 1. NM. “A exploração do trabalho infantil no século XIX”. <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>. Acesso 06/06/2023.

Como se pode ver, a primeira imagem é de dois jovens que trabalham em minas, provavelmente, de carvão. O lugar parece insalubre e escuro e ambos empurram com força um carrinho carregado. Os corpos parecem frágeis e lhes são exigida uma força descomunal, refletida na cabeça encostada do jovem no carrinho e na sua feição “desanimada”. Aqui, pode-se recorrer ao relato de Sarah Gooder, de 8 anos de idade, que trabalha em uma mina e que diz que o trabalho vai de 3 ou 4 horas da manhã até às 5h30 da tarde. Vê-se pelas vestes das crianças que pertencem à classe desfavorecida, pois o jovem até mesmo sem camisa está e ambos estão descalços. Já, na segunda imagem, mostram-se várias crianças sentadas em um banquinho diante de uma máquina de tear. Uma das crianças, a que também está descalça, apanha do contramestre, o vigilante delas, um adulto que as comanda. Provavelmente a criança dormiu sobre a mesa que sustenta a máquina de tear e por isso está sendo castigada. Mais uma vez aliando aos relatos de Matthew Crabtree e Elizabeth Bentley, os quais alegam serem as crianças chicoteadas e agredidas quando dormiam no trabalho, devido ao cansaço e sono pelo tipo de trabalho que exerciam e pelo tempo de trabalho nas fábricas têxteis. Aqui, recorre-se ao que disse Marx: “ façamos trabalhar as crianças! Eis o

que disse o capital quando começou a servir-se de máquinas!”, como citado no slide do site <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>, publicado por NM, em 5 de maio de 2011, com o texto “A exploração do trabalho infantil no século XIX”.

Passou-se um século e o capital continua voraz. De acordo com Foucault, no livro “O nascimento da biopolítica” (2008), a biopolítica, seu nascimento se dão, segundo Foucault, no século XVI e XVII, com o objetivo de estabelecer as regras de governar e racionalizar suas maneiras de fazer o dever-ser do Estado tornar-se. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever-ser do Estado, o qual possa se tornar sólido e rico e desde o século XVIII, com a mudança da forma de governar, onde há uma limitação interna da racionalidade da governança pautada na economia política, enquanto um “regime de verdade”, momento em que nasceu o liberalismo na Europa, foi possível apreender-se o que é a biopolítica, isto é, como são regidas e geridas as existências.

Esta forma de reger e gerir as existências, na busca por uma economia política, produz um modo de a sociedade adjetivar sujeitos e coloca-los à margem, principalmente quando estes vêm de classes desfavorecidas e, isso, desde a infância, como se pode ver nas imagens seguintes:



FIGURA 2. LAGO, Ângela. “Cena de rua”. (1994, s/p).

O livro “Cena de rua” (1994), produzido pela escritora e desenhista, Ângela Lago, traz, por meio de imagens, o cotidiano de um garoto que vive do trabalho informal nas ruas dos grandes centros. Nas duas imagens, mostra-se como a sociedade vê as crianças e jovens que vivem do trabalho informal nas ruas. As imagens destacadas revelam pelos gestos dos adultos como esta criança é adjetivada. Dito de outro modo, o senhor da primeira imagem olha para o garoto como se ele fosse um bandido e o garoto o olha assustado. A reação do motorista diante dele enuncia como a sociedade lida com esta criança, ou seja, como um estorvo. A própria sociedade não se vê na imagem do garoto como explorada pelo capital e, por isso o vê, com certo incômodo, como aquele vigilante de fábricas de outrora que quer e, talvez, precise chicotear este menor.

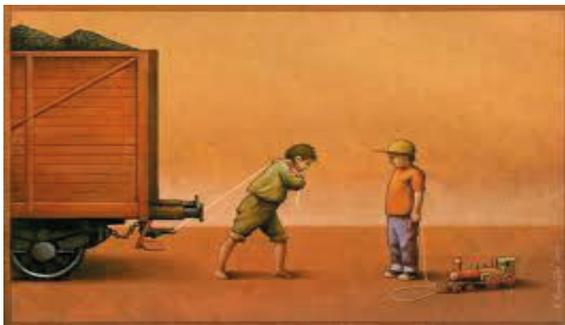
Já, na segunda imagem há uma senhora aparentando ser de classe abastada, pois ela está sentada no banco de trás do automóvel sugerindo que tem um motorista a conduzi-la. Além disso, suas vestes e acessórios confirmam tal possibilidade. Vê-se que o olhar dela para o garoto é de medo e o dele para com ela é de espanto. Em ambas as imagens, fica clara a adjetivação do garoto como um possível marginal. Mais uma vez, a imagem e a realidade se fundem, como propõe Rancière. Estas imagens têm como potência articular o ver e o dizer.

Conforme a matéria do Observatório3setor.org.br (2023), ainda há 1,8 milhões de crianças em trabalho infantil, sendo que 702 foram resgatadas no atual governo de situações de exploração sexual e financeira. Nestas imagens, o garoto faz parte das estatísticas do trabalho informal, o que, geralmente, se caracteriza, como um trabalho de autossustento.

No século XX, foi criado o Estatuto da Infância e da Adolescência (ECA), no momento de redemocratização do Brasil, posteriormente condecorado pela ONU. É uma doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente menor de 18 anos, contendo 267 artigos. No entanto, pelas imagens que se dão como operações entre as partes e um todo, vê-se que, no todo, a população não reivindica o direito previsto no ECA, mas toma estas crianças em vulnerabilidade social como estorvos, assim como a regulamentação do trabalho infantil de 1839, na Europa.

Mesmo com o Estatuto da Infância e da Adolescência, condecorado pela ONU, por que ainda temos crianças em vulnerabilidade? De acordo com Foucault, a partir do século XVIII, a política que gere as vidas não se pauta mais na jurisdição e sim no liberalismo. Por isso, que em “A verdade e as formas jurídicas” (2002), Foucault propõe que a lei, diante desta nova racionalidade política, o liberalismo, não passa de uma utopia. Também, a sociedade civil se coloca como o poder de Estado, que em um olhar panóptico, vê nestas crianças seus inimigos, por não se enxergarem também como explorados pelo capital como dito anteriormente.

Estas imagens mostram que no século XX ainda subsistem os enunciados sobre onde devem ficar e permanecer as crianças pobres, não nas ruas, mas também não nas escolas e sim nas fábricas e outros lugares onde não incomodam a sociedade. Diz-se nas imagens, mesmo com outras formulações, a repetibilidade dos acontecimentos discursivos não como mero jogo das circunstâncias, mas como resultado de um capitalismo “selvagem”. Há uma correlação de enunciados e uma reatualização de uma memória, o que Foucault toma como “memória de arquivo”. Não diferente disso se dá a imagem abaixo:



**FIGURA 3.** Kuczynski, Pawel - “Infância à Luz dos Direitos Humanos” – Arte satírica – 2005. [www.google.com/search?q=pawel+kuczynski+biografia&tbm=isch&source=univ&fir=dVk\\_je\\_M94pT-1M%252CtUSoM31WMeJfgM%252C\\_%253BoTZnLMXaYmRgpM%252CoU5hiqubP7BV7M%-252C\\_%253BVnQjbGHIQmNXsM%252CYxHGoctWkwD85M%252C\\_%253BoEjSeWs3rHu0fM%252Cv-Z\\_HD6-nqbZ9gM%252C\\_&usg=AI4\\_-kR0nOsAip0g\\_TPXaoAgysGxE1ST3A&sa=X&ved=2ahUKEw-jbppTP57H\\_AhUtqpUCHXmAC50QiR56BAgsEAM&biw=1280&bih=569&dpr=1.5#imgrc=IPjnDP33F-fSZBM](http://www.google.com/search?q=pawel+kuczynski+biografia&tbm=isch&source=univ&fir=dVk_je_M94pT-1M%252CtUSoM31WMeJfgM%252C_%253BoTZnLMXaYmRgpM%252CoU5hiqubP7BV7M%-252C_%253BVnQjbGHIQmNXsM%252CYxHGoctWkwD85M%252C_%253BoEjSeWs3rHu0fM%252Cv-Z_HD6-nqbZ9gM%252C_&usg=AI4_-kR0nOsAip0g_TPXaoAgysGxE1ST3A&sa=X&ved=2ahUKEw-jbppTP57H_AhUtqpUCHXmAC50QiR56BAgsEAM&biw=1280&bih=569&dpr=1.5#imgrc=IPjnDP33F-fSZBM) – TELA: “Infância à luz dos Direitos Humanos”. Acesso: 07/06/2023.

O desenhista e pintor polonês Pawel Kuczynski, Kuczynski tem ganhado muitos prêmios ao redor do mundo com sua arte que traz temas como a desigualdade social, a desigualdade racial, a devastação do meio ambiente, a falta de liberdade, entre outros temas que fazem parte do cotidiano de qualquer país. Sua arte é caracterizada como satírica. A sátira é uma forma de crítica social ao status quo e os sátiros recaem sobre um escalão superior na sociedade, como políticos e/ou personalidades de destaque social.

Nesta imagem, diz-se de duas crianças em situação social diferenciada; enquanto uma puxa um trenzinho de brinquedo, a outra puxa um caminhão supostamente de carvão, como crianças do século XIX que trabalhavam nas minas, tanto que as roupas dele são parecidas com as daquelas outras crianças. Portanto, se antes trabalhavam dentro das minas puxando os carros, hoje, trabalham puxando caminhão. Mudou a tecnologia, mas não a exploração infantil. Já, o outro garoto, tem suas vestimentas atuais – calças jeans (típicas norte-americanas), boné, tênis e camiseta (t-shirt), remetendo à imagem de uma criança supostamente do primeiro mundo. Embora o trem puxado pelo garoto lembre um brinquedo antigo, a situação entre os meninos não é a mesma: enquanto um trabalha em situação de risco e de exploração, o outro brinca.

Interessante notar nesta imagem que ela diz aquilo que não se vê nela mesma. Dito de outro modo, aquele que explora o trabalho infantil não aparece na imagem. Não há um vigilante surrando o rapaz; não há a sociedade lhe apontando o dedo; não há um político ou figura de destaque na imagem, mas há um sistema econômico político que gere esta vida e esta existência. Este sistema é o neoliberal, o capital que determina quem deve viver e quem deve morrer. O novo soberano da contemporaneidade.

Tem-se, nesta imagem, uma dupla alteridade, sendo a alteridade da imagem:

A imagem se constitui da alteridade em sua composição. A alteridade não se dá só pelo modo do fazer imagem, mas pelo do modo do olhar e pelo modo do dizer da imagem. Por isso, a imagem não é intransitiva, segundo Rancière (2012, p. 25).

Pelo fato de o corpo do menino que puxa o caminhão estar se movimentando e o corpo daquele que puxa o trenzinho estar parado diante do que vê, evidencia uma dupla alteridade na composição da imagem. Alteridade, quando de uma criança mais abastada diante de uma menos favorecida, assim como a alteridade de quem vê e observa a imagem de ambos, isto é, como essa imagem afeta quem a vê.

A articulação entre o visível (duas crianças – uma trabalhando e outra brincando) e o dizível (diferenças sociais/socioeconômicas) quebra a expectativa sobre o que se toma como infância no século XXI e, neste sentido, o efeito satírico da imagem é produzido, não para satirizar as crianças em questão, mas as sociedades sobre seu papel diante destas realidades que se fundem na imagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a intenção de esgotar a discussão, propus refletir como por três séculos a questão da exploração do trabalho infantil ainda permanece. Na ordem do já-dito e daquilo que se pode dizer, vê-se a repetibilidade dos enunciados sobre quem deve trabalhar na infância, isto é, a criança pobre e em vulnerabilidade social.

Na primeira parte das análises, trago imagens retiradas do site [noiseahistoria12](http://noiseahistoria12) que trata da exploração do trabalho infantil no século XIX e o relato de algumas crianças sobre sua de sobrevivência. Estas imagens dizem quem são estas crianças e quem é a sociedade que as coloca nesta situação de exploração, tendo em vista que o olhar educado para elas nos afeta quando da articulação entre o dizível e o visível, da parte para o todo. São crianças que exercem funções de trabalho de total exploração, onde seus corpos são levados à exaustação em nome de uma vontade de verdade do capital. Nesta vontade de verdade do capital, vimos que a regulamentação do trabalho infantil normatizou um discurso de que a criança nas ruas como um estorvo, um incômodo e um provável gasto do Estado-Nação para com estas crianças e jovens. Ficou evidente, tanto na fala do ministro do estado português que a “ociosidade infantil” levaria à sociedade ao caos e que melhor seriam estar trabalhando e aos olhos dos pais, os quais, também em sua miserabilidade, eram explorados, principalmente as mulheres. Mais uma vez, a economia política ditando uma governamentalidade do e pelo capital. Não diferente se dá na segunda etapa da análise.

Nesta segunda etapa, da imagem retirada do livro-imagem “Cena de rua” (1994), de Ângela Lago, há uma criança que exerce o trabalho informal de vendas de frutas nas ruas. Destaquei duas imagens que mostram e dizem de uma parcela da sociedade para com esta

criança. Pudemos ver que são adjetivadas, pelos gestos e olhares de quem as vê nas ruas, como marginais e bandidas, pois na primeira imagem o senhor que vê o rapaz lhe olha com olhar furioso e, na segunda, a senhora o olha com desconfiança, porém o jovem olha com espanto e susto diante de tais reações. Aliado a questão do já-dito, no século XX, com o Estatuto da Infância e da Adolescência e com a previsão da erradicação do trabalho infantil no Brasil até 2025, pelos dados do IBGE, o número de crianças ainda é muito alto, porém as imagens mostram que uma parcela da sociedade ainda se comporta como o contramestre das fábricas do século XIX. Dito de outra forma, não mais chicoteiam estas crianças com objetos, mas sim com olhares e modos de conduta diante delas, evidenciando que o Estatuto da Infância e da Adolescência ainda se dá como uma utopia em consequência de uma economia política neoliberal.

Por fim, na terceira imagem, produzida pelo desenhista e pintor polonês Pawel Kuczynski, mostra-se que, em pleno século XXI, a exploração do trabalho infantil continua. Nesta imagem, Pawel satiriza os “donos do poder” que repetem as atitudes da sociedade do século XIX, quando da desigualdade social. Vimos dois garotos em situação de vida oposta; um, em trajes parecidos com o século XIX puxando um caminhão de carvão; outro, em trajes modernos ocidentais puxando um trenzinho de brinquedo. Ambos, aparentemente da mesma idade, mas com vidas diferentes.

Nesta sátira de Pawel, assim como nas imagens anteriores, vimos que, mesmo que em períodos enunciativos diferentes, o discurso se repete, que as imagens não são intransitivas: elas sempre têm algo a nos dizer e trazem em sua visibilidade o que é a sociedade de cada época e que mesmo que os enunciados se deem de modo diferente, ainda se dão numa repetibilidade de práticas discursivas ou não. Neste sentido, as imagens como operações funcionam como um modo de correlação dos enunciados, os quais se dão como “períodos enunciativos” de repetibilidade e dicibilidade sobre uma situação em que a regra de constituição do arquivo em transformação evidencia a historicidade do dizer, de um já-dito que dá condições de existência dos e para os enunciados, como um modo de da visibilidade, no caso aqui abordado, como a vida destas crianças em vulnerabilidade social se dão, pois o neoliberalismo dá condições de existência para estes enunciados que se repetem ao se escavar os discursos das sociedades em sua historicidade de dar visibilidade e de dizer.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

LAGO, Â. *Cena de rua*. Belo Horizonte: RHJ, 1994.

FOUCAULT, M. "O *A Priori* Histórico e o Arquivo". In: *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves e Revisão Técnica de Marília de Almeida March. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1986, p. 141-151.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France – (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Trad. Roberto Machado e Eduardo Moraes. Supervisão. Lea Novaes et al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GARCIA, M.F. "702 crianças foram resgatadas do trabalho infantil em 2023". <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-702-criancas-foram-resgatas-do-trabalho-infantil-em-2023/> Acesso 05/02/2024.

KUCZYNSKI, P.- "Infância à Luz dos Direitos Humanos" – Arte satírica – 2005.

[www.google.com/search?q=pawel+kuczynski+biografia&tbm=isch&source=univ&fir=dVk\\_je\\_M94pT-1M%252CtUSoM3IWMefJgM%252C\\_%253BoTZnLMXaYmRgpM%252CoU5hiqubP7BV7M%-252C\\_%253BVnQjbGHIQmNXsM%252CYxHGocTkwD85M%252C\\_%253BoEjSeWs3rHu0fM%252Cv-Z\\_HD6-nqbZ9gM%252C\\_&usg=AI4\\_-kR0nOsAip0g\\_TPXaoAgysGxE1ST3A&sa=X&ved=2ahUKew-jbppTP57H\\_AhUtpUCHXmAC50QiR56BAgsEAM&biw=1280&bih=569&dpr=1.5#imgrc=IPjnDP33F-gSZBM](http://www.google.com/search?q=pawel+kuczynski+biografia&tbm=isch&source=univ&fir=dVk_je_M94pT-1M%252CtUSoM3IWMefJgM%252C_%253BoTZnLMXaYmRgpM%252CoU5hiqubP7BV7M%-252C_%253BVnQjbGHIQmNXsM%252CYxHGocTkwD85M%252C_%253BoEjSeWs3rHu0fM%252Cv-Z_HD6-nqbZ9gM%252C_&usg=AI4_-kR0nOsAip0g_TPXaoAgysGxE1ST3A&sa=X&ved=2ahUKew-jbppTP57H_AhUtpUCHXmAC50QiR56BAgsEAM&biw=1280&bih=569&dpr=1.5#imgrc=IPjnDP33F-gSZBM) – TELA: "Infância à luz dos Direitos Humanos". Acesso: 07/06/2023.

N.M. (Maio 5, 2011). "A exploração do trabalho infantil no século XIX". <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>. Acesso: 06/06/2023.

RANCIÈRE, J. *O destino das imagens*. Trad. Mônica Costa Netto. Org. Tadeu Capristano. Rio de Janeiro: Contraponto., 2012 (ArteFíssil).